

17.dezembro.2014 – 12h00

**RELATÓRIO DE AUDIÇÃO**

**Entidade:** Conselho Nacional de Juventude

João Valério

**Recebidos por:** Deputadas Diana Ferreira (PCP, Relatora, que presidiu à reunião), Nilza de Sena (PSD), Duarte Marques (PSD) e Rui Pedro Duarte (PS).

**Assunto:** [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

**Exposição:** A Deputada Diana Ferreira (PCP) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#) e indicou a grelha de tempos a utilizar.

O representante do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) fez uma intervenção com base num documento escrito, que está disponível na [página da Comissão, na Internet](#). Referiu que o CNJ é a plataforma representativa das organizações de juventude de âmbito nacional, integrando 38, que representam cerca de 500.000 jovens. Realçou que de harmonia com as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística existem em Portugal cerca de 1.800.000 jovens, números diferentes dos da população mundial.

Indicou depois que no nosso país a taxa de desemprego dos jovens até aos 25 anos é de 33,3% e 55% dos jovens vive com os pais até aos 30 anos (sendo a média de remuneração dos jovens empregados de 600€), sendo as 2 taxas muito superiores às europeias.

Assim, concluiu que contribuem decisivamente para a diminuição da taxa de natalidade os seguintes fatores:

1. A precariedade laboral;
2. O desemprego dos jovens.

E defendeu a necessidade de:

1. Combate à precariedade;
2. Acesso ao emprego com direitos.

Reconheceu o esforço do Governo consubstanciado na reforma do IRS, passando a atender ao impacto da dimensão do agregado familiar na capacidade contributiva da família, mas realçou que essa medida abrange apenas as famílias que já têm filhos, salientando ainda que não têm havido incentivos que contrariem a saída dos jovens do país.

Manifestou depois concordância com o relatório da equipa coordenada pelo Professor Joaquim Azevedo e lamentou que as respetivas propostas não tivessem tido acolhimento no Orçamento do Estado para 2015, tendo realçado as seguintes:

1. Alteração do imposto municipal sobre imóveis;
2. Alteração do imposto sobre veículos;
3. Partilha flexível e em simultâneo da licença parental;
4. *Part-time* para as mães e pais até que os filhos completem seis anos;
5. Isenção da taxa social única (TSU) para as empresas que contratem mulheres grávidas e trabalhadores com filhos até aos 3 anos;
6. Participações nos custos das creches;
7. Atribuição de médico de família às mulheres grávidas;
8. Participação a 100% dos medicamentos para o tratamento da infertilidade;
9. Isenção do pagamento de taxas moderadoras de acordo com o rendimento *per capita*.

Por último, realçou a diversidade dos modelos de família, heterossexuais e homossexuais e a necessidade de abertura e apoio em relação a todos e defendeu ainda a alteração do regime de adoção por pessoas do mesmo sexo.

Interveio de seguida o Deputado Duarte Marques (PSD), realçando a importância do CNJ e a relevância das suas posições. Referiu depois que se prevê que este ano haja uma melhoria na tendência da taxa de natalidade, salientando que o estudo/relatório referido foi pedido pelo PSD, atenta a importância que atribuem à matéria.

Questionou ainda se o CNJ tem acompanhado a matéria como uma prioridade, qual a medida que consideram determinante e se entendem que é mais importante a situação financeira ou a possibilidade de conciliação da atividade profissional com a familiar.

O Deputado Rui Pedro Duarte (PS) saudou a relevância das posições do CNJ, referiu que as políticas e as medidas de austeridade dos últimos anos contrariam a natalidade e o atual discurso do PSD, tendo ainda realçado que aquela não se resolve por decreto. Nesta sequência, saudou o debate iniciado pelo PSD, embora tenha descreditoado do mesmo, enquanto não houver alteração das políticas. Por último, pediu ao representante do CNJ a visão dos jovens para o país.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que a situação atual em termos de natalidade está ligada às políticas seguidas nos últimos anos, pelos Governos do PSD e CDS-PP, bem como pelo do PS - referindo como exemplo a revisão do Código do Trabalho - que têm retirado direitos aos trabalhadores, salientando que aqueles que iniciam funções atualmente têm uma remuneração inferior aos que começaram no passado.

Salientou depois a precariedade laboral, a instabilidade, a emigração, a desregulação do horário de trabalho, incompatível com a vida familiar, a não autorização do exercício do direito de amamentação, considerando todos esses fatores decisivos para a opção pela maternidade. Assim, defendeu a necessidade de rutura com as políticas atuais.

Referiu ainda a falta de uma rede pública de creches e jardins-de-infância e os elevados custos com a saúde, incluindo as taxas moderadoras e considerou que daí resulta que a decisão de ter filhos é cada vez mais tardia e tem sido reduzido o seu número.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

Na sequência das questões e observações colocadas, o representante do CNJ considerou que para os jovens são muito relevantes quer as barreiras financeiras, quer a conciliação da atividade profissional com a familiar.

Indicou depois como medidas prioritárias as referidas abaixo, tendo salientado que algumas terão baixo custo para o Estado:

1. Partilha da licença parental;
2. Comparticipação nos custos das creches;
3. Diminuição da TSU para as empresas que empreguem grávidas;
4. Mais medidas de conciliação entre a atividade profissional e a familiar.

Por último, informou que o CNJ este ano adotou como tema a emancipação jovem, em 3 níveis, a saber: acesso ao emprego de qualidade, acesso à habitação e vida familiar, considerando-os essenciais para os jovens equacionarem a natalidade.

A intervenção do representante do CNJ e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2014

A assessora  
*Teresa Fernandes*